

ENSAIO

EDUCAÇÃO ESPECIAL: um campo de conhecimento em formação

Mônica de Carvalho Magalhães Kassar¹

Abordar o tema ‘Educação Especial’ consiste em um desafio, especialmente a partir das últimas décadas, com o advento do que tem sido denominado de Educação Inclusiva. É justamente sobre a definição de Educação Especial que este texto se propõe a tratar.

O professor Eric Plaisance¹, retomando uma obra realizada em coautoria com Michel Chauvière, *L'école face aux handicaps*, chama-nos a atenção sobre a necessidade de utilizar as terminologias neste campo de estudo e/ou em sua prática pedagógica de uma forma precisa. Sobre as “palavras da educação especial”, o autor afirma:

As terminologias correntes são, com frequência, obstáculos à análise científica, exatamente porque veiculam evidências não questionadas. Um dos melhores remédios para isso, sempre necessário, é tomar precisamente essas terminologias como objeto de pesquisa e submetê-las a uma decodificação crítica².

Mais à frente, Plaisance explica que “a denominação serve para desembaraçar, para achar a trama, como faz o artesão-tecelão”³. Essa chamada é necessária, pois, algumas vezes, Educação Especial e Educação Inclusiva têm sido tomadas como sinônimas⁴. Há também uma perspectiva que acredita que

¹ PLAISANCE, E. Da educação especial à educação inclusiva: esclarecendo as palavras para definir as práticas. **Educação**, [S.l.], v. 38, n. 2, p. 230-238, maio-ago. 2015.

² CHAUVIÈRE, M.; PLAISANCE, É. (Ed.). *L'école face aux handicaps*. education spéciale ou éducation intégrative? Paris: Presses Universitaires de France, 2000, *apud* Plaisance, idem, p. 231.

³ PLAISANCE, idem, p. 231.

⁴ CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. Editorial. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.

[...] a terminologia educação especial precisa ser revista e superada, neste século XXI, para não continuar atuando como um paradoxo à educação inclusiva que defende o direito de todos à educação nas salas regulares, já que aquela permite, em seu arranjo organizacional, escolas e classes especiais que são tipos de abordagens educacionais contraditórias à concepção de uma educação mais inclusiva e que luta pelo combate da exclusão educacional⁵.

A posição acima indica a identificação de Educação Especial com um lócus específico, ou um conjunto de espaços, mais especificamente um lócus segregado, no sentido em que essa terminologia definiria “um lugar de educação”⁶.

Não desconsiderando os pertinentes argumentos das críticas acima, partimos do pressuposto de que o conhecimento e a análise da historicidade do termo podem auxiliar-nos a entender o ‘lugar’ da Educação Especial hoje.

Como se sabe, a atenção direcionada à população atualmente atendida pela Educação Especial foi inicialmente médica. Jean Marc Gaspard Itard (1774-1838), médico que se propôs a trabalhar com o menino conhecido em seus relatórios como Victor⁷, logo deu-se conta de que a medicina pouco poderia contribuir para o desenvolvimento do rapaz e iniciou a realização de atividades de ensino registradas em seus relatos.

A perspectiva educacional fortaleceu-se especialmente quando Édouard Séguin (1812-1880) colaborou com as atividades de Itard. A literatura⁸ registra que Séguin, ao trabalhar com Itard, passou a dedicar-se à educação das “crianças anormais” (como denominadas, à época) e, em 1846, publicou o livro “Tratamento Moral, Higiene e Educação dos Idiotas”⁹.

O entrelaçamento entre a perspectiva médica e a educacional no atendimento a essas pessoas vai se fortalecendo durante o século XIX e na primeira parte do século XX. Em um artigo que trata dos inícios da Educação Especial no século XIX na França, Alemanha e Espanha, Moreu¹⁰ relata que uma obra publicada em 1904, por Theodor Heller (1869-1935), apresentava os fundamentos dessa nova abordagem educacional e a situava na fronteira entre a Educação e a Psiquiatria.

⁵ LOPES, S. A. Políticas de inclusão e a crise da educação especial. *Crítica Educativa*, [S.l.], v.1, n.1, p. 147-162, jan./jun. 2015.

⁶ PLAISANCE, idem, p. 232.

⁷ ITARD, J. *Mémoire et Rapport sur Victor de l'Aveyron*.: respectivement de 1801 et 1806. Paris: Bibliothèques 10/18 Octobre 2002. Édition électronique a été réalisée par Pierre Palpant Bénévole, Paris. DOI: <https://doi.org/10.1522/cla.itj.rap>.

⁸ Refiro-me a trabalhos como GARDOU, Charles; DEVELAY, Michel, Ce que les situations de handicap, l'adaptation et l'intégration scolaires 'disent' aux sciences de l'éducation. *Revue Française de Pédagogie*, n. 134, p. 15-24, janvier-février-mars 2001, e NOVARA, Daniele. Introduzione. In: NOVARA, D. (a cura di). *Maria Montessori. la mente del bambino*. Milano: Mondadori Libri, 2023.

⁹ Tradução livre para *Traitement Moral, Hygiène et Éducation des Idiots*.

¹⁰ MOREU Á. C. La Pedagogía y la Medicina en los inicios de la Educación Especial ochocentista: Francia, Alemania y España. El largo camino hacia una educación inclusiva: la educación especial y social del siglo XIX a nuestros días. In: **XV Coloquio de Historia de la Educación**, Pamplona-Iruñea, 29, 30 de junio y 1 de julio de 2009, coord. por María Reyes Berruezo Albéniz, Susana Conejero LÓPEZ, Vol. 1, 2009, ISBN 978-84-9769-244-1, p. 311-322.

No Brasil, pesquisas históricas também indicam que foram os médicos que solicitaram o envolvimento dos professores com essas crianças, como o caso de Pacheco e Silva, médico do hospital de Juquery, que recorre ao professor Norberto Souza Pinto, para atender a “secção de [crianças] anormais” daquele estabelecimento¹¹.

Também, no início do século XX, os estudos psicométricos ganharam força e passam a ser balizadores para a definição de indicação de alunos que seriam atendidos por este campo. A obra “A solução do problema pedagógico social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil”, de Clemente Quaglio (1872-1948), em 1913, é decorrente da aplicação da escala de inteligência de Binet-Simon¹², na cidade de São Paulo. Kassar e Magalhães¹³ (2023) comentam que a publicação da obra de Quaglio foi foco de atenção de Claparède, que acompanhava, desde a Suíça, o desenvolvimento das experiências brasileiras nos laboratórios de psicologia experimental.

A perspectiva psicométrica estava, de certa forma, referendada pela medicina. Um exemplo dessa proximidade é a implantação de um laboratório de Pedagogia experimental em São Paulo, pelo médico italiano Ugo Pizzoli (1863-1934), considerado por Centofanti¹⁴, como uma das referências da Pedagogia Científica italiana, no final do século XIX.

Psicometria e Medicina desenvolveram suas ações sob a perspectiva higienista¹⁵, fomentadas por ações de ligas de higiene mental, implantados em diferentes regiões do país, como a Liga Paulista de Higiene Mental¹⁶ e a Liga de Higiene Mental de Pernambuco¹⁷, e seguindo orientações advindas de artigos publicados pelos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental.

Forma-se, então, o que se conhece atualmente de Educação Especial, com as denominações iniciais de Pedagogia Terapêutica¹⁸, Pedagogia Curativa¹⁹, Pedologia²⁰ ou Pedagogia Ortopédica²¹. Moreu ressalta a importância da realização de uma série de congressos alemães sobre essa nova Pedagogia, realizados em Munique, em 1922, 1924 e 1926, para sua consolidação como disciplina científica²².

¹¹ KASSAR, M. C. M. Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. **Educação & Sociedade**, v. 33, n. 120, p. 833–849, jul. 2012.

¹² MONARCHA, C. Sobre Clemente Quaglio (1872-1948): notas de pesquisa Patrono da Cadeira nº 31 "Clemente Quaglio". **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 25-34, dez. 2007.

¹³ KASSAR, M. de C. M.; MAGALHÃES, J. I Congresso Internacional de Pedagogia dos deficientes: o Brasil na terra de Pestalozzi. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 22, n. contínua, p. e158, 2023. DOI: 10.14393/che-v22-2023-158.

¹⁴ CENTOFANTI, R. Ugo Pizzoli. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 71–88, 2013.

¹⁵ MONARCHA, idem.

¹⁶ SERRA, L. N.; SCHUCMAN, L. V. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2012.8321>.

¹⁷ PERNAMBUCANO, U. **Arquivos de Neuro-Psiquiatria**. São Paulo, v. 2, n. 1, p. 3-4, mar./1944.

¹⁸ MOREU, idem.

¹⁹ ROSENBLUM È. Le développement de la pédagogie curative. **Enfance**, tome 14, n. 2, pp. 165-178, 1961.

²⁰ CLAPARÈDE, E. **Psychologie de l'Enfant et Pédagogie Expérimentale**, 10e édition, Genève: Librairie Kundig, 1924.

²¹ CHAGAS DE CARVALHO, M. M. Pedagogia moderna, pedagogia da escola nova e práticas disciplinares: ortopedia e moldagem. **Anuario de Historia de la Educación**, [S. l.], n. 2, p. 122-136, 1999.

²² MOREU, idem.

A influência da obra de Heller e dos congressos alemães deve ser considerada, especialmente para a formação, em 1937, de uma associação denominada de Sociedade Internacional de Educação Terapêutica/Curativa, com Theodor Heller nomeado *in memoriam* como seu presidente de honra. Em 1939, essa associação realizou o “I Congresso Internacional da Pedagogia dos Deficientes”, como traduzido pelo participante brasileiro, Thiago Würth. O Congresso de 1939 contou com cerca de 300 participantes provenientes de 32 países, dentre os quais o Brasil²³. No congresso, a tônica para a abordagem pedagógica foi a identificação da patologia das pessoas, que deveriam receber essa nova educação²⁴.

Vê-se, portanto, o entrelaçamento da Educação com a Saúde na origem da Educação Especial, especialmente pelo fato de que a proposição inicial de uma abordagem educacional especializada (e a existência de uma Educação Especial/Especializada) historicamente se constituiu a partir da definição de diagnósticos específicos, como “idiotia” por Esquirol, “cretinismo” por Ireland, “demência” por Pinel²⁵, entre outros, e, posteriormente, os comportamentos apresentados como distúrbios, como “Distúrbios de Manipulações Corporais, Distúrbios de Linguagem, Distúrbios de Sexualidade”, entre outros²⁶.

Especialmente a partir da segunda metade do século XX, a forte presença dos princípios da Saúde, seja na perspectiva médico-pedagógica ou na psicopedagógica²⁷, passou a ser foco de críticas, com a disseminação do princípio de Normalização e o movimento da Integração. Olívia Pereira, em 1980, apresentou-nos uma síntese de mudanças importantes, descritas nos estudos de Dybwad²⁸, que identificava a passagem “do monopólio médico para ação integrada com serviços de educação, reabilitação e de serviço social, isto é, ação interdisciplinar no atendimento ao excepcional”²⁹, como uma renovação importante para o atendimento a essa população. A autora explica que essa nova perspectiva passou a ser possível a partir da difusão do princípio de que “[é] necessário criar condições de vida para a pessoa retardada mental semelhantes, tanto quanto possível, às condições normais da sociedade em que vive”³⁰. Para ela, “Normalização é objetivo. Integração é processo”³¹.

²³ KASSAR, M. de C. M.; MAGALHÃES, J. I Congresso Internacional de Pedagogia dos deficientes: o Brasil na terra de Pestalozzi. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 22, n. Contínua, p. e158, 2023. DOI: 10.14393/che-v22-2023-158.

²⁴ Os anais do congresso trazem diferentes trabalhos em que é possível identificar a percepção da deficiência como enfermidade e distúrbio. Ver em HANSELMANN, H.; SIMON, T. Bericht über den I. **Internationalen Kongreß für Heilpädagogic**. Rapport du Ier Congrès International pour la pédagogie de l'enfance déficiente. Report of the Ist International Congress for the Education of Exceptional Children. Zurich: Verlag Ag. Gebr. Leemann & Co, 1940.

²⁵ FONSECA, V.. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

²⁶ ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F B. Aspectos psiquiátricos. In: ASSUMPÇÃO JÚNIOR, F. B.; SPROVIERI, M. H. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memnon, 1991, p. 56.

²⁷ JANNUZZI, G. S. de M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1985.

²⁸ DYBWAD, G. Normalization and integration: shifting empires. In: **FLASH on the service for the mentally retarded**, Copenhagen: The Personnel Training School, 1978, pp. 30-36.

²⁹ PEREIRA, O. Princípios de normalização e de integração na educação dos excepcionais. In: PEREIRA, O; EDLER, R; MACHADO, T; MUNIZ, P C; ARAÚJO, Y A de; CASTRO, A. de L.; NOVAES, M H. **Educação Especial: atuais desafios**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980, p. 2.

³⁰ Idem, p. 1.

³¹ Idem, p.3.

Nesse período da história da Educação brasileira, passou-se, então a ser construído o que se denominou de “Modelo Educacional” para a Educação Especial, como registrado em Machado³². A autora entendeu à época que: “[a] passagem do modelo médico-psicológico, denominado de tradicional, para o modelo educacional é uma injeção que se impõe à nossa realidade pedagógica atual e que poderá abrir novas perspectivas para a Educação Especial na década de 80”³³.

O ‘Modelo Educacional’ baseava-se na pressuposição de que alguns estudantes aprendem mais facilmente quando utilizadas

[...] certas estratégias, como material específico, recursos de reforço, técnicas de ensino, maneiras de apresentação do conteúdo [...], o ‘modelo educacional’ visa à descoberta dessas estratégias instrucionais mais adequadas às dificuldades dos alunos”³⁴.

No entanto, apesar de diferenças significativas em relação ao modelo tradicional, é possível verificar que o ‘Modelo Educacional’ não se distanciou totalmente dos processos e protocolos pertencentes à saúde, pois entendia-se que sua atuação deveria ser “basead[a] no diagnóstico prescritivo, que procura[va] intervir, diretamente, sobre problemas de comportamento e/ou aprendizagem”³⁵. Portanto, o que se entendeu por ‘Modelo Educacional’, da década de 1980, constituiu-se entrelaçado à perspectiva médica.

Casagrande³⁶, em sua pesquisa sobre o campo da Educação Especial, verificou que, mesmo na década de 1990, a interface entre as áreas de saúde e educação manteve-se presente, evidenciada, inclusive, na legislação. Michels *et al.*³⁷, em estudo de Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação em Educação Especial realizado em 2021, verificaram que a base do conhecimento a ser ministrado nos cursos centrava-se no conhecimento das deficiências, o que sugere a presença da perspectiva da saúde na formação dos futuros profissionais. Mendes, Vilaronga e Zerbato³⁸ afirmam que a abordagem biomédica e funcionalista ainda marca esse campo de estudo. Com a presença (ainda persistente) da saúde na Educação Especial, como entendê-la contemporaneamente?

Em artigo publicado em 2021, Casagrande e Mainardes analisaram o uso da palavra ‘campo’ em trabalhos de Educação Especial brasileiros e de língua inglesa e verificaram que tais estudos:

³² MACHADO, T. Modelo Educacional: uma opção. In: PEREIRA, O; EDLER, R; MACHADO, T; MUNIZ, P C; ARAÚJO, Y A de; CASTRO, A. de L.; NOVAES, M H. **Educação Especial: atuais desafios**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980.

³³ Idem, p. 25

³⁴ Idem, p. 25

³⁵ Idem, p. 25.

³⁶ CASAGRANDE, R. de C. A Educação Especial como campo acadêmico no Brasil: fontes de pesquisa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2117352, 2021

³⁷ MICHELS, M. H. et al. A Formação do Professor de Educação Especial no Brasil. **40ª Reunião Nacional da ANPEd**, 2021. Material de apresentação [ppt].

³⁸ MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R; ZERBATO, A P. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. [Documento eletrônico]. São Carlos: EDUFSCar, 2023.

[...] utilizam o termo “campo da Educação Especial” para referir-se a uma área de conhecimento específico. Os pesquisadores, ao fazerem referência a “campo da Educação Especial” reconhecem que se trata de um espaço institucionalizado, em que são produzidos e circulam os bens acadêmicos relacionados à Educação Especial³⁹.

Em continuidade, os autores relacionam os resultados à pesquisa realizada por Casagrande⁴⁰, que traz a conclusão de que “a Educação Especial no Brasil se configura como um campo acadêmico abrangente e em expansão”. As análises de Casagrande remetem-nos ao que a autora denominou de “institucionalização do campo acadêmico da Educação Especial”, em que identifica a existência de três momentos, assim denominados: a) Elementos antecedentes, que se inicia em 1789 e estende-se a 1962; b) Elementos constituintes de 1962 a 1989; e c) o período de Expansão do campo acadêmico, a partir de 1990. Estaríamos, então, no período de expansão da produção acadêmica voltada a este campo.

Desde o ponto de vista contemporâneo e revendo esta brevíssima passagem por momentos da nossa história educacional, é possível entender os argumentos que levam a Educação Especial ser tomada como uma área multidisciplinar⁴¹. No entanto, preocupa-nos esta percepção na medida em que adotar a visão da Educação Especial como área multidisciplinar pode contribuir para o entendimento equivocado de que atividades de reabilitação (realizadas pelos atendimentos de saúde) seriam atividades de Educação Especial e não são. Educação Especial e Reabilitação são processos diferentes. As atividades Educacionais devem seguir as orientações e normas da Política Educacional brasileira. As atividades de Reabilitação devem ser de responsabilidade do Sistema Único de Saúde, com seus recursos.

Entendemos que esta diferenciação seja necessária e que seja imperativo entender que Educação Especial é parte da Educação e do processo de escolarização, pois em passado próximo entendia-se que apenas uma parcela dos alunos identificados como “da Educação Especial” beneficiar-se-ia do processo educacional⁴².

Parece-nos que a perspectiva de que a Educação Especial é parte da Área da Educação tem sido fortalecida, inclusive, na classificação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, em que, dentro da Área Educação, a Educação Especial encontra-se como parte do subgrupo ‘Tópicos Específicos de Educação’, juntamente a Educação de Adultos; Educação Permanente; Educação Rural; Educação em Periferias Urbanas; Educação Pré-Escolar e Ensino

³⁹ CASAGRANDE, R. de C; MAINARDES, J. O Campo Acadêmico da Educação Especial e a Utilização do Termo “Campo”. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Bauru, v. 27, e0016, p.689-706, 2021.

⁴⁰ CASAGRANDE, R de C. **O campo acadêmico da Educação Especial no Brasil**. Tese [Doutorado em Educação]. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Ponta Grossa, 2020.

⁴¹ Como em SILVA, M R. **Análise bibliométrica da produção científica docente do Programa de Pós-graduação em Educação Especial / UFSCar: 1998-2003**. Dissertação. [Mestrado em Educação Especial]. São Carlos: UFSCar, 2005, e BELLO, S F. **Interfaces educação especial e fonoaudiologia: um estudo bibliométrico baseado na produção científica de dissertações e teses**. Dissertação. [Mestrado em Educação Especial]. São Carlos: UFSCar, 2009.

⁴² Como na Portaria Interministerial n. 186/78.

Profissionalizante, indicando um pertencimento à Educação, que, por sua vez, articula-se à Grande Área 'Ciências Humanas'.

Retomar o propósito da escola – como instituição das sociedades modernas⁴³ - possibilita-nos esclarecer seu lócus de formação das novas gerações. É dentro deste cenário que se deve pensar a Educação Especial. Dentro da escola, apesar das condições materiais e ideológicas características da sociedade capitalista brasileira, é possível construir uma Educação/Educação Especial que ultrapasse seu caráter reprodutivo e possibilite acesso ao saber construído universalmente⁴⁴ a todos os estudantes, independentemente de suas características. Garcia⁴⁵ já havia chamado atenção a este aspecto, ao abordar o campo de estudo da Educação Especial e sua pertinência à Área da Educação.

A apropriação cultural faz parte com o processo de hominização/humanização do ser humano. A escola – como instituição de ensino – deve propiciar a aquisição de instrumentos que possibilitem o acesso ao saber produzido e sistematizado pela humanidade - ciência⁴⁶. A Educação Especial deve produzir conhecimento para garantir essa apropriação, possibilitando que todo o estudante ultrapasse o conhecimento informal e tenha acesso ao conhecimento sistematizado. Portanto, a Educação Especial - como um campo dentro da Educação - tem o propósito de tornar possível o processo educacional.

Recebido em: 10 de novembro de 2024.

Aprovado em: 6 de dezembro de 2024.

<https://doi.org/10.30681/rep.v15i3.13146>

ⁱ **Mônica de Carvalho Magalhães Kassar**. Doutora em Educação pela Unicamp. Estágios de pós-doutorado na *Universidad de Alcalá*, na Universidade Estadual de Campinas e na Universidade de Lisboa. Professora Titular da UFMS. Docente do PPGE, no Campus do Pantanal. Coordena o Grupo de Pesquisa Educação e Cidadania da UFMS e Políticas Públicas de Educação e Educação Especial. Bolsista CNPq Nível 2. Corumbá, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1429290076961055>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5577-6269>

E-mail: monica.kassar@ufms.br

⁴³ MAGALHÃES, J. **Da cadeira ao banco**: escola e modernização séculos XVIII-XX. Instituto de Educação; Universidade de Lisboa: Educa, 2010.

⁴⁴ GRAMSCI, A. **Maquiavel**. a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

⁴⁵ GARCIA, R. O papel das associações científicas na consolidação da Educação Especial como campo de conhecimento. Conferência. In: **X Congresso Brasileiro de Educação Especial** - CBEE, São Carlos, 15 a 18 nov. 2023.

⁴⁶ SAVIANI, D. Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. In: SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.